

**FLORES, Maria Bernardete Ramos. Tecnologia e
estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.
Chapecó, SC: Argos, 2007.**

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira
Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UNB

Hernani de Irajá foi um exemplo da íntima relação entre a arte e a ciência eugenista na primeira metade do século XX. Como médico, sexólogo, eugenista e artista amador, ele atacou, por meio de suas obras clínicas, críticas de arte e pinturas, todo um conjunto de fealdades encontradas no cotidiano e delineadas como produto da degeneração da raça branca. Para tanto, no uso dos valores estéticos clássicos, Irajá foi um severo crítico dos artistas de vanguarda que representavam o corpo humano deformado, modernos contrários ao cânone clássico de beleza que deveria regular a busca da raça ideal, servindo de modelo à eugenia: “Para ele, a obra [de arte] só tem sentido na sua referencialidade, ou seja, ela deve ser fiel ao modelo exterior, cópia ideal da forma perfeita” (p.121).

Suas idéias não eram atípicas ou isoladas, como explica Maria Bernardete Ramos Flores, em seu livro *Tecnologia e estética do racismo*. Pelo contrário, tratava-se de uma questão que correlacionava valores científicos e artísticos, que, segundo seus defensores, eram cruciais, pois o que estava em jogo era menos a beleza do povo brasileiro ou a elevação da nossa arte e mais a prova de que, no Brasil, havia, sim, bons espécimes da “bela” raça branca que partilhavam dos valores clássicos “universais”. Habilitando a nação ao progresso.

Irajá foi apenas um dos tantos exemplos discutidos por Flores. Homens e mulheres, de carne e osso ou de pedra (esculturas), são lançados na produção de uma tecnologia que visava a corpos perfeitos, prontos a celebrar os projetos “modernizadores” do Brasil. O livro é um amálgama de erudição, na medida em que supera fronteiras entre as diferentes expressões artísticas, as distintas disciplinas científicas e outros campos de conhecimento, como a Sociologia e a Filosofia (área que a autora explora com desenvoltura). Ele objetiva refletir sobre a cultura de raça que emergiu no século XIX e seu debate nas primeiras décadas do século passado.

A autora mostra-nos que as políticas estéticas da raça com suas possibilidades racialistas e programas eugenistas não foram monopólios de regimes totalitários como o fascismo italiano e seu congêneres mais radical, o nazismo alemão. Democracias ditas liberais também incentivaram uma pedagogia disciplinar da raça como elemento essencial para o desenho identitário da nação. Toda uma cultura fora criada para refletir a cultura da etnicidade. Dos métodos para a história da arte de Morelli à “criminalística” de Sherlock Holmes, a necessidade de identificação da personalidade humana a partir do corpo, de seus restos ou vestígios passa a ser programa recorrente de políticas públicas.

Um dos responsáveis por essas ideologias que frutificariam no oitocentos foi o conde Buffon com sua *História Natural* (1789) ao estabelecer a continuidade entre a *performance* física e o desempenho moral. Contudo, o passo determinante veio com a publicação de *Hereditary Genius* (1869), de Francis Galton, que, segundo Flores, não só divulgou a crença de que o controle da hereditariedade garantia a melhoria da espécie, como também ajudou a instituir uma engenharia social que estabelecia que a raça humana deveria ser aperfeiçoada e que possuía instrumentos para isso.

Embora as teses raciais oitocentistas gozassem de menos credibilidade no século XX no meio científico, ainda na cultura política dos anos 20 elas parecem ter tido seus usos. Para o eugenista brasileiro Renato Kehl, eliminar as imperfeições e as fealdades para obter uma elite humana era uma questão de vontade, no sentido moral e político – “O homem capaz de talhar no mármore a Vênus é capaz também de moldar plasticidade toda a humanidade” – (p.62), escreve em *A cura da fealdade* de 1933. O senso estético é indissociável das formulações científicas, como mostramos no trecho.

O projeto de eliminação do feio surge nas formulações de Kehl, como fora deduzido por Galton, como uma incessante e progressiva busca de beleza, no seu sentido político-científico, geração após geração. O modelo de beleza era o caucasiano, com larga preferência aos teuto-anglo-saxões. A doutrina da reversibilidade por meio da ciência era muito útil à realidade brasileira. Corpos talhados pelo cruzamento de raças, pela hibridação, poderiam ser recuperados. Aos bons “mestiços”, mostra a autora, caberia uma série de medidas profiláticas que levariam a um aperfeiçoamento da raça, não raro entendido como um “branqueamento” por meio de uma dieta e de uma higiene sexual. Nesse tocante, o indivíduo racializado seria confundido com uma representação de nação, qualificada e classificada pela estética do corpo e do caráter.

Nesse aspecto, o controle do corpo surge como instrumento para transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais, imaginadas. No capítulo “A invenção do luso-brasileiro: nacionalismo e racialismo”, a autora expõe os movimentos de aproximação entre Brasil e Portugal na primeira metade do século XX. Um dos argumentos eleitos para a reaproximação dos dois países residia na necessidade de atrair mais imigrantes portugueses, com o intuito de “branquear” o Brasil e, ao mesmo tempo, num sentido paradoxal, minimizar a influência dos imigrantes alemães e italianos, como defendia o intelectual Sylvio Romero. A arquitetura dessa operação não fora fácil, pois o sentimento antilusitano, que percorrera boa parte do século XIX, ainda fazia-se vivo naqueles anos. Portugal, por sua vez, tinha plena consciência da necessidade de manter os vínculos com seus emigrados, corroborando a idéia, ainda vigente, de grande império.

No rastro da análise das representações da civilidade “branca” e lusa, a historiadora demonstra habilidade ao tecer apreciações críticas aos escultores que produziram, dos anos 30 aos 40, obras de forte cunho nacionalista, nos primeiros anos do salazarismo, em Portugal, e no getulismo, no Brasil. Lá, volta-se à imagem de país forte, colonizador e civilizador, reportando-se ao passado de glórias e conquistas. Sob o comando da poderosa Secretaria da Propaganda Nacional, o país viu-se coberto por um conjunto escultórico público que buscava edificar uma retórica da nação viril, de

longa tradição e com forte vocação imperialista. Aqui, volta-se ao louvor do povo, entendido como uma raça ideal, embranquecida, que, no futuro, habitaria o Brasil. A estética da ordem matizou as produções com esse viés. A autora acerta ao indicar que há um retorno ao monumental – a forma geométrica nuançada, a harmonia e a serenidade entre espaço e forma, além da “harmonia das proporções, a integridade do corpo” (p.158)–, sem deixar de destacar que todo esse movimento, contudo, já havia apreendido com as vanguardas certos elementos estéticos que não seriam descartados.

Em outro campo de discussão, Flores apresenta-nos, ainda, uma síntese das questões que envolvem as representações das hierarquias de gênero, no capítulo *A querela dos sexos: ou a sexualidade da cultura humana*. A leitura desse momento de sua pesquisa revela a qualidade das reflexões da autora por meio de refinadas análises das obras de Schopenhauer, Simmel e Freud.

As questões de gênero evidenciam-se pela análise de *A virilização da raça*, livro de 1923 de Mário Pinto Serva, obra que diagnosticava quais valores norteavam os pressupostos “científicos” de muitos intelectuais da época. De inspiração européia, a raça forte e ideal era aquela identificada com os predicados masculinos. O progresso, a razão e a pragmática eram elementos de uma retórica que visava à eliminação das fraquezas da feminização: “O retorno da virilidade viria resguardar a ordem contra os ‘perigos da modernidade’ e preservar a distinção entre os cidadãos de ‘boa conduta moral’ e aqueles considerados ‘anormais’” (p.188). A preocupação em edificar e representar valores masculinos deu-se como contrapeso às ameaçadoras idéias de emancipação feminina, surgidas desde o final do XIX. Tais ameaças haviam suscitado uma rede de publicações que buscavam o retorno do masculino como ordenador social e o combate irrestrito à irracionalidade feminina, como elemento a ser subjugado ou controlado.

Tecnologia e estética do racismo mostra-se eficiente ao evidenciar que os valores eugênicos de combate à fealdade tinham na mulher seu principal foco, conferindo a ela uma vigilância médico-social, ao imputar-lhe uma responsabilidade tutelada, na medida em que buscava controlar os eventos reprodutivos – concepção da prole, nascimento e criação – e limitar sua dimensão sexual à exclusividade desses eventos.

No subsolo dessa operação, o sotaque católico e integralista do discurso eugenista estava marcado pela restauração da identidade falocêntrica e pelo marianismo. O primeiro buscava recuperar o papel tradicional do homem provedor da família, ameaçado pela modernidade. E o segundo, por meio do culto à Virgem Maria, no bojo da defesa da mãe pronta a sacrificar-se por sua prole. O tripé Deus-Pátria-Família do integralismo mostra a forte conotação religiosa do movimento fascista no país. Flores, todavia, avisa-nos de que, embora os pensadores católicos não tenham participado diretamente dos programas eugênicos, a aprovação da Igreja Católica fazia-se presente por meio discurso de forte acento masculinista, dando ênfase a uma higiene espiritual, pois eram necessárias a “limpeza corporal e a conduta moral, especialmente sexual” (p.213).

Nos últimos capítulos, a autora analisa os romances utópicos de Monteiro Lobato (*O presidente negro ou o choque das raças – romance americano do ano 2228*, de 1926) e de Adalzira Bittencourt (*Sua Excelência: a presidente da república no ano de*

2500, de 1929), confrontando-os de modo a indicar que em ambos podemos encontrar um nacionalismo típico dos anos 20 e 30, cujo caminho para o progresso é defendido pela busca da modernização tecnológica, da regeneração racial, do higienismo baseado na conquista da saúde, beleza e força. Os contornos conservadores desses trabalhos dão a Flores a chance de flagrar parte da cena do modernismo paulista na defesa de elementos racistas e antifeministas.

A autora leva-nos a reposicionar Bittencourt. Frequentemente lembrada como feminista defensora dos direitos das crianças, ela também estava conectada às idéias eugenistas, ao respeito aos valores tradicionais – sobretudo de cunho católico –, valores positivistas e nacionalistas na área educacional e à crença num governo forte e tecnicista que alicerçara o poder autoritário do Estado Novo. Quanto a Lobato, a escolha recai sobre o jovem escritor fascinado pelo pensamento de Nietzsche e, posteriormente, admirador do pragmatismo da cultura norte-americana, aspectos que marcaram consistentemente o legado intelectual do brasileiro.

Enfim, a autora percorreu uma bibliografia extensa onde encontra subsídios para mapear o controle do corpo pela ciência, pela fé e pela arte: Nina Rodrigues, Renato Kehl, Alberto Torres, Afrânio Peixoto, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gustavo Barroso, Roquette-Pinto, Rocha Vaz, Fróis da Fonseca, Mário Pinto Serva, Plínio Salgado, Juliano Moreira, José de Albuquerque, Sylvio Romero, Aldazira Bittencourt e Hernani de Irajá. A lista é extensa – apenas para citar os brasileiros – e se compõe de autores que tratam o tema por meio dos discursos que transitam desde as referências científicas até os manuais moralistas e de auto-ajuda.

O leitor não deve esperar de *Tecnologia e estética do racismo* o maniqueísmo clássico, que, não raro, encontramos na literatura que trata de relações de poder. Flores oferta-nos elementos para repensarmos a *cultura da etnicidade* em nossos dias. A compreensão da plasticidade “não só do corpo como também da cultura” (p.336), conforme mostrada por Flores ao longo do livro, torna-se essencial para a crítica ao racismo e a rejeição a todo tipo de preconceito.